

INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

Durante a I República fundaram-se algumas indústrias farmacêuticas dando continuidade à industrialização do medicamento, iniciada em Portugal, em instituições de grande dimensão, em finais do século XIX, como a Companhia Portuguesa de Higiene (1891). A formação das primeiras indústrias farmacêuticas surgia na senda do processo de industrialização do medicamento operado em países com significativo investimento económico, tecnológico e de grande tradição em investigação química e farmacêutica. Ao chegar-se a 1910, eram já várias as indústrias farmacêuticas portuguesas, de diferentes potencialidades e dimensões. Entre elas refram-se, por exemplo, o Laboratório da Farmácia Andrade, Empresa de Vinhos Medicinais, a Farmácia Alberto Veiga, Laboratórios da Farmácia Formosinho, Instituto Pasteur de Lisboa, Laboratório J. J. da Costa, Laboratório J. Neves, Parque Vacinogénico de Lisboa, Pires & Barata, Laboratório Químico-Farmacêutico Ribeiro da Costa, etc. Em Portugal, algumas das indústrias farmacêuticas resultaram da transformação ou ampliação de oficinas de farmácias. Um dos problemas da indústria farmacêutica portuguesa consistia em pensar a produção e venda unicamente no mercado português (continente e colónias) e no Brasil. Mas havia outras questões estruturais. A indústria farmacêutica portuguesa era a indústria possível para um país que não era tão desafogado economicamente como outros países dinamizadores da industrialização do medicamento. Não se fizeram apostas em formas farmacêuticas arrojadas e caras e a ausência de uma próspera indústria química e de uma tradição de inovação científica e tecnológica farmacêutica colocaram-nos algo afastados dos países da frente nesta matéria. A indústria farmacêutica portuguesa, regra geral, fazia investimentos nos medicamentos clássicos e em técnicas de esterilização conducentes à obtenção de injetáveis e de material de penso, ficando para plano menos prioritário a aplicação das tecnologias biológicas, como, por exemplo, a produção de vacinas e de antitoxinas, que na época era uma matéria avançada em questão de medicamentos. Mas isto não quer dizer que os produtos portugueses não tivessem qualidade e que não se realizasse alguma investigação em indústrias farmacêuticas. Após a I Guerra Mundial, o período vivido foi de significativas aspirações e otimismo, embora a diminuição da proteção aos medicamentos portugueses, derivada da pauta aduaneira de 1923, tivesse levado a uma baixa de confiança e de otimismo nos empreendedores das indústrias farmacêuticas portuguesas. Nos anos 20, é interessante salientar o trabalho de investigação realizado no Laboratório Farmacológico de J. J. Fernandes, sediado em Lisboa. Em regra, os produtos medicamentosos produzidos pelas indústrias farmacêuticas portuguesas davam garantias para atingir os objectivos pretendidos, o que ficou bem demonstrado no 1.º Congresso Nacional de Farmácia realizado em Lisboa, em 1927. No plano social e económico, várias questões se levantaram a propósito do medicamento industrializado, colocando-se em causa a sua qualidade e a defesa das indústrias portuguesas perante o mercado estrangeiro. Embora os responsáveis farmacêuticos pressionassem o Estado para a regulação do circuito do medicamento que se via confrontado com problemas novos, o certo é que durante a I República as decisões sobre problemas maiores e a resolução de questões relacionadas com a industrialização do medicamento foram sendo sucessivamente adiadas. A I Guerra Mundial constituiu um desafio forte à

indústria farmacêutica portuguesa, que teve a oportunidade de colmatar a falta de produtos de origem alemã. Neste contexto, surgem os Laboratórios Sicla em 1915, ocupando um segmento de mercado livre, em virtude de conhecidas vicissitudes da I Guerra Mundial. Também é de assinalar, em 1918, a criação da Farmácia Central do Exército, uma entidade do Exército, muito importante no desenvolvimento da indústria farmacêutica portuguesa, tendo sido mesmo pioneira deste setor. Entre as indústrias farmacêuticas fundadas durante a I República assinalem-se o Laboratório Sanitas (1911?); os Laboratórios Davita (1912); os Laboratórios Sicla (1915), o Laboratório Farmacológico de J. J. Fernandes & C.ª (1918?); o Laboratório Andrade (Lisboa); Laboratórios Sano (1918); o Laboratório Saúde (1919); Laboratórios JABA (1919), Laboratórios Ibis (?), a Vitália (1919?); a Sociedade Industrial Farmacêutica (1923); os Laboratórios Bial (1924); Laboratórios Lux (1926), os Laboratórios Sigma, os Laboratórios de Biologia e Quimioterapia do dr. Seixas Palma (início dos anos 20).

Bibliografia: DIAS, J. P. Sousa, *A farmácia em Portugal. Uma introdução à sua história. 1338-1938*, Lisboa, Associação Nacional das Farmácias/Inapa, 1994; PITA, João Rui, «Sanitary normalization in Portugal: pharmacies, pharmacopoeias, medicines and pharmaceutical practices (19th-20th centuries)», in ABREU, L. (ed.), *European health and social welfare policies*, Brno, Brno University of Technology-Vutium Press, 2004, p. 434-453; PITA, João Rui; PEREIRA, Ana Leonor, «A Europa científica e a farmácia portuguesa na época contemporânea», in *Estudos do Século XX*, 2, 2002, p. 231-265.

[João Rui Pita e Ana Leonor Pereira]

INDUSTRIAIS

Durante o período da I República, o termo «industrial» designava todo o indivíduo «que pertence à indústria, que procede da indústria, que se ocupa da indústria», sendo esta atividade definida como «o conjunto de operações que concorrem para a produção de riqueza» ou como a «habilidade para executar um trabalho manual» (LEMOS, 1900-1909). Apesar desta definição ser socialmente muito abrangente, o termo industrial foi utilizado pelos indivíduos de forma restrita como atributo de identificação social. Uma amostra de cerca de cinco mil registos de casamento, efetuados nos períodos 1911-1913 e 1925-1927, nos concelhos da Figueira da Foz, Barreiro, Setúbal e Évora, mostra-nos uma ocorrência desse título socioprofissional que variou entre três e sete por cada mil indivíduos. Também no Porto, considerada na época uma cidade industrial, o seu uso coevo nos censos eleitorais foi excecional, muito embora aumentasse nas primeiras décadas do século (CRUZ, 1999, 176). O mesmo se verificou nos cadernos eleitorais eborenses que, na altura em que se constituiu a Associação Industrial na cidade (1911), registavam apenas a existência de quatro industriais. Ora, este número duplicou nos finais da I Guerra Mundial e, em 1926, registavam-se já 34 industriais. Em 1930, temos 47 casos e, uma década mais tarde, 111 (GUIMARÃES, 2006, 362), ou seja, registou-se um aumento no uso deste título, sem qualquer correspondência visível no crescimento do parque industrial

coleção PARLAMENTO

DICIONÁRIO DE
HISTÓRIA DA
I REPÚBLICA E DO
REPUBLICANISMO
VOLUME II: F-M



FICHA TÉCNICA

Título Dicionário de História da I República e do Republicanismo. Volume II – F-M

Coordenação científica

Ana Paula Pires (Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa)

Carlos Cordeiro (Centro de Estudos Gaspar Frutuoso da Universidade dos Açores)

David Luna de Carvalho (Centro de Estudos de História Contemporânea do ISCTE)

Ernesto Castro Leal (Centro de História da Universidade de Lisboa)

Hélder Adegar Fonseca (NICPRI – Núcleo de Investigação em Ciência Política e Relações Internacionais)

Manuel Loff (Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa e Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

Maria Fernanda Rollo (Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa)

Paulo Fontes (Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa)

Rui Ramos (Instituto de Ciências Sociais)

Vitor Neto (Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra)

Coordenação geral

Maria Fernanda Rollo (Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa)

Edição Assembleia da República – Divisão de Edições

Revisão e índices Assembleia da República – Divisão de Edições (Conceição Garvão, Fernando Sequeira,

Maria da Luz Dias, Noémia Bernardo, Paula Crespo, Susana Oliveira, Teresa Fonseca)

Capa e design Nuno Timóteo

Paginação e pré-impressão Textype e Ana Rita Charola

Impressão Rainho & Neves, Lda

Tiragem 600 exemplares

ISBN 978-972-556-556-8 (obra completa)

ISBN 978-972-556-558-2 (volume II)

Depósito legal 366 586/13

Lisboa, abril 2014

© Assembleia da República

Direitos reservados nos termos do artigo 52.º da lei n.º 28/2008, de 30 de julho.

www.parlamento.pt

ÍNDICE GERAL

Introdução	7
Textos (F-M)	11
Índices	1115
Índice de textos.....	1117
Índice de autores.....	1123
Índice de entidades.....	1127
Índice de publicações periódicas.....	1143
Índice geográfico	1153
Índice onomástico	1159